

O banditismo social no cangaço romântico de Jesuíno Brilhante

Marcelo Messias Litwak
Evandro Duarte de Sá

RESUMO

Este resumo tem como objetivo reavaliar a construção do mito acerca do potiguar José Alves de Melo Calado, o popular Jesuíno Brilhante, praticamente único representante do Cangaço potiguar, dentro da ótica que vislumbram os seus feitos e as representações, presentes na memória social do povo sertanejo, através das fontes históricas que utilizam como referencial a construção do mito, através das representações de poder das ações perpetradas por Jesuíno, e o desdobramentos desses laços, perpetuados em sua trajetória pelo solo árido do sertão do Rio Grande do Norte e suas circunvizinhanças, tais como a Paraíba. Para tanto, usamos como argumento a construção do mito do homem romântico, do cangaceiro que roubava em nome de um ideário popular e para aplacar a sede de justiça de um povo, e que ao mesmo tempo mantinha laços intrínsecos com determinadas camadas sociais, justamente as que detinham a parcela de poder necessário ao controle social. Apesar do uso da visão histórica, nos dias atuais, ter alcançado um amplo espectro de cobertura em diversos estudos, encontramos diversas frestas ainda pendentes no estudo propriamente dito do Cangaço, e em específico, na história do Rio Grande do Norte, mesmo com o advento de Jesuíno Brilhante ter ocorrido antes do cangaço propriamente dito, com Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e que teve seu auge na década de 30 do século passado, aonde o termo Cangaço foi realmente sedimentado, mas que nos importa em todo seu íterim, pois confunde-se com a própria formação do povo potiguar, em específico como referência às sociedades sertanejas de fins do século XIX e as distintas relações de poder que existiam dentro daquelas sociedades. Tanto história oral, memória e imaginário quanto representações, se organizaram e se manifestaram numa multiplicidade de linguagens, dentro da história do Cangaço de Jesuíno Brilhante. Acreditamos que o prosseguir desta pesquisa ainda poderá trazer á tona inúmeras respostas que ainda precisam ser dadas ao tema ora proposto, além de maiores e melhores reflexões. Porém, é esperado que este mesmo trabalho possa lançar novos olhares dos heróis construídos no alavancar social, em prol da necessidade de um símbolo, de um herói, tal como, também, de dar voz e corpo aos protagonistas obscuros e confinados, ainda numa redoma hermética, ou daqueles já marginalizados pelo próprio sistema.

Palavras-chave: Cangaço. Jesuíno Brilhante. Poder. Fontes

APRESENTAÇÃO

No presente resumo buscaremos entender e analisar, sob a perspectiva das relações de poder, as relações e vivências de Jesuíno Brilhante e os chefes de poder locais, pelos espaços onde migrou principalmente na região sertaneja do Rio Grande do Norte, o que chamamos de Oeste potiguar e os limites territoriais do Estado da Paraíba, principais núcleos de concentração de suas forças, o que foi uma espécie de cangaço ainda insípido, pois o termo Cangaço praticamente aparecerá e florescerá em meados dos anos 20 do século XX, posterior ao aparecimento de Jesuíno e sua história, ainda hoje repleta de pontos obscuros, tala qual o estudo do cangaço e as relações de poder no Estado potiguar. Dentro desta vertente, não podemos deixar de focar a questão da espacialidade, o que nos possibilita um estudo das identidades sociais, em meio ao sentido de valorização dos seres em relação ao local onde está inserido.

Estudar o cangaço, especificamente a trajetória de Jesuíno Brilhante, praticamente o único cangaceiro de maior vulto na história potiguar, é compreender não somente a contribuição cultural produzida até hoje pelo movimento, e que ainda fornece subsídios para maiores e melhores estudos, hoje em maior quantidade e de caráter acadêmico, pois o sentido da visão sobre o movimento se apoia hoje neste sentido, com uma instrumentalização metódica e de aplicação voltada a uma melhor compreensão de uma sociedade e as relações de poder internas e de sustentabilidade ambígua, e é por isso que citamos a integração entre a espacialidade e as relações de poder, o que nos permite traçar um perfil social e identitário daqueles que nutriram e participaram deste movimento, de forma mais aprofundada e técnica.

Dando continuidade ao nosso trabalho, procuramos assim equalizar a pesquisa sobre Jesuíno Brilhante na seguinte estrutura:

Na primeira parte, trataremos as questões que motivaram o deslocamento do homem litorâneo potiguar para dentro da aridez do sertão, lutando contra a paisagem e ambientes inóspitos, e suas principais causas. Além disso, assistiremos o surgimento dos primeiros núcleos de poder, os senhores da terra, os quais dariam mais a frente origem á um dos movimentos que mais se destacou dentro da história do sertão nordestino e que ainda hoje perdura: O coronelismo. Fechando esta primeira parte, ainda temos a abordagem aos bastidores do poder desta classe social, mostrando um pouco de sua rede de extensão entre as diversas camadas sociais, controlando o ir e vir da sociedade agrária dos fins do século XIX, no Rio Grande do Norte.

A segunda parte do resumo falará, inicialmente, sobre a problemática do banditismo social, que sempre assolou o solo brasileiro, especificamente, neste caso, ao espaço do sertão nordestino, um universo plenificado pela lei o mais forte e aonde as leis do homem da capital não alcançavam ou não surtiam efeito.

Dentro desse espaço, ainda trataremos sobre o fenômeno da seca, tido como um dos

gatilhos para a proliferação do crime e do banditismo, espécie de vetor motivador para que impulsionasse a criação cada vez maior dos bandos que assolaram os mais distantes recantos sertanejos. Continuando, exploraremos o espaço do sertão potiguar, suas particularidades e dificuldades naquela época, e a seguir fecharemos com a forma que foi traçada o combate a esse banditismo que assolou o Estado, ou seja, com a repressão armada, propriamente dita.

Finalizando, na terceira e última parte deste resumo, após esta explanação geral do espaço aonde se insere a sua figura mítica, ainda de um cangaceiro impulsionado pelo romantismo e compaixão às baixas camadas, falaremos sobre Jesuíno Alves de Melo Calado, figura central de nossas pesquisas, tendo como pontapé inicial a sua cidade de nascença, Patu, no sertão potiguar, e seus primeiros passos, que não se resumiram tão somente à simplicidade do trato com a terra e os animais. Nessa linha, também serão mostradas as relações de poder entre as famílias do sertão, que moviam e sustentavam as pilastras sociais de sua época, além das querelas de sangue, neste caso, entre as famílias Limão e Calado, protagonistas de diversos episódios na região oeste potiguar.

Na verdade, os dois primeiros capítulos são plenamente integrados, de forma a tecerem uma panorâmica geral da situação socioeconômica onde estava inserida a figura de Jesuíno Brilhante, através de levantamento bibliográfico e documental, alguns de origem judiciária, aonde nos baseamos nos relatos de processos movidos contra a pessoa de Jesuíno, durante sua efêmera trajetória de cangaço, ocorrida principalmente no espaço que compreende o oeste potiguar e as áreas limítrofes do Estado da Paraíba, O que vem a concluir os nossos esforços no último capítulo, aonde buscamos traçar uma nova visão acerca da imagem do “bom moço” e da aura de romantismo que evolva da sua figura mítica. Afinal de contas, ele, como tantos outros, também transgrediu os limites legais e arvorou-se de um direito próprio, premissa básica daqueles que viviam ao longe, na rispidez e aridez do solo sertanejo. Nosso intuito não é a execração do mito, mas permitir um novo olhar do que já existe, com a utilização de fontes ainda não exploradas a fundo, que nos possam traçar um retrato social,

1 – PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO NORTE AGRÁRIO NOS FINS DO SÉCULO XIX

1.1 Do litoral ao sertão

Neste espaço aonde se encontra inserida a região a qual denominamos hoje como Nordeste, e que durante o século XIX ainda era conhecida como Norte Agrário, a terra era o principal meio de produção, processo esse iniciado por parte dos colonizadores de Portugal, e que, devido a inúmeros fatores de ordem natural, aliado a diversas irregularidade climáticas e geológicas, que muito influíram na ordem socioeconômica da região, assistimos, ao longo de sua história um leque diversificado de cultura e memória repercutirem em sua construção ideológica, e que ainda é presente nos atuais estudos acadêmicos, e que comprovou que, por cerca de quatro séculos a evolução do quadro socioeconômico ficou interligado a esses fatores, ou seja, a estrutura social, econômica e política da região esteve durante mais de quatro séculos diretamente relacionada à terra e seu aproveitamento econômico.

Estando o Rio Grande do Norte inserido no mesmo contexto colonizador, a terra aí se constituiu também no elemento fundamental de sua organização social, econômica e política, apesar de que o processo de colonização e extrativismo em nosso Estado aconteceu de forma tímida e até tardia, tendo um certo avanço durante a Invasão Holandesa no Nordeste Brasileiro, no século XVII, e posteriormente com os adventos da exploração salineira e algodoeira. Fundamental importância para o entendimento das relações sociais e do quadro político e econômico em que se encontrava à sociedade sertaneja por ocasião da segunda metade do século XIX, período que nos interessa investigar mais de perto. A produção açucareira constituiu uma alternativa econômica capaz de financiar as despesas com a ocupação e povoamento do novo território. Assim, a colônia passou a integrar a economia europeia através da exploração agrícola de suas terras. Portanto, o estudo da formação da própria estrutura fundiária do Nordeste, é de "... foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Completou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes"

Fatores como clima e solo favoráveis, mercado consumidor crescente, e a alternativa da mão-de-obra escrava contribuíram para o êxito da agroindústria do Nordeste, o que não foi plenamente favorável aqui, haja vista o baixo número de engenhos e as baixas condições de trato da terra para o cultivo da mesma, em relação ao cultivo da cana-de-açúcar, o que motivou apenas o avanço da pecuária em nosso Estado, açucareira no Brasil. As técnicas de produção que os portugueses adquiriram nas ilhas do atlântico, permitindo-lhes deter os conhecimentos técnicos do cultivo da cana e produção do açúcar. O problema do mercado e do financiamento foram resolvidos com a associação dos portugueses com os holandeses, senhores do comércio intra-europeu.⁵ Portanto, na busca de conciliar os interesses comerciais e a necessidade de ocupação das terras brasileiras, Portugal implantou na Zona da Mata um sistema colonizador voltado para a exploração agrária de grandes propriedades, com base na monocultura e no trabalho escravos.

Sendo as terras do litoral nordestino mais próximas de Portugal e possuindo as condições ambientais adequadas, tiveram preferência na aplicação do capital, constituindo-se o Nordeste a região mais importante economicamente da colônia portuguesa no Novo Mundo. A economia canavieira foi caracterizada pela alta rentabilidade levando a região a um elevado grau de especialização da produção, ou seja, à monocultura. Dessa forma, prejudicou o desenvolvimento das atividades econômicas secundárias, como a agricultura de subsistência e a pecuária. Contudo, a dependência do sistema econômico açucareiro de animais, seja como força motriz dos engenhos, meio de transporte de pessoas e mercadorias ou como fonte de produção de alimento, gerou uma necessidade de expansão da pecuária.

Assim, passou a ocorrer uma dissociação entre a economia açucareira e a criatório, quando as terras do sertão começaram a ser incorporadas com base no avanço da pecuária.

A separação da cultura da cana-de-açúcar da pecuária foi oficializada através de uma Carta Régia, de 1701, em que ficou proibida a criação de gado nas proximidades da lavoura canavieira. Na mesma carta, a pecuária passou a ser considerada uma atividade econômica distinta da açucareira e praticada em espaços diferentes/à 10 léguas da costa.

A incorporação das novas terras do agreste e do sertão à economia açucareira da Zona da Mata, principal atividade da economia colonial brasileira, teve início já no século XVI, quando as cidades de Salvador e Olinda desempenharam a função de centros irradiadores do avanço colonizador.⁶ Foi com a expulsão dos holandeses do território brasileiro e o consequente desenvolvimento da produção antilhana de açúcar que ocorreu um maior avanço da frente pastoril no sertão.

A formação das grandes fazendas de criação extensiva de gado no sertão nordestino não exigiu assim grandes recursos, pois os animais não necessitavam de muitos cuidados e estava fundamenta no trabalho livre. Foram dois os centros que proporcionaram o avanço pastoril através do sertão: Bahia (Salvador) e Pernambuco (Olinda). Já em meados do Século XVII, a frente criatória saída da Bahia chegou ao rio São Francisco, de onde seguiu por duas direções: a primeira prosseguiu ao longo do curso do rio, até as proximidades do atual estado de Minas Gerais; a segunda avançou através dos sertões do Piauí até que encontrou no Ceará a frente pernambucana, que ocupou a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Juntamente com a pecuária foi introduzida a

agricultura no sertão, pois a dificuldade de transporte onerava em demasia o valor das mercadorias vindas do litoral.

Inicialmente, a agricultura sertaneja era praticada pelos moradores das fazendas e era voltada para o seu auto sustento. Com o aumento populacional, as regiões mais úmidas, portanto, mais adequadas ao cultivo, foram sendo destinadas à produção de alimentos, para abastecer o mercado regional.¹¹ Para se ter uma ideia do avanço da pecuária no sertão nordestino, já em meados do século **XV**, a região era responsável pelo abastecimento de toda a área produtora de cana-de-açúcar, e mesmo de Minas Gerais¹², atingindo o apogeu do seu desenvolvimento econômico. Quanto ao desenvolvimento dos currais no Rio Grande do Norte, estes estiveram atrelados à expansão pernambucana para o norte, quando chegaram a ocupar "a margem esquerda do rio São Francisco e os vales dos rios Preto, Guaraíra, Corrente, Pajeú, Moxotó, além de São Miguel em Alagoas, do Paraíba do Norte, Piranhas-Açu, do Apodi, do Jaguaribe, do Acaraú, do Piauí e do Parnaíba."¹³ A ocupação do sertão potiguar foi retardada, pois até as primeiras décadas do século **XVII** a colonização não ultrapassou vinte léguas sertão adentro. Esse retardamento deveu-se à resistência dos povos nativos ao avanço da frente pastoril e colonizadora dos europeus e ao pouco interesse em ocupar uma área com limitadas possibilidades de exploração econômica e sujeita às secas periódicas¹⁴, quando poucos eram os recursos disponíveis na capitania.

No processo de ocupação do sertão, tornado mais efetivo na capitania do Rio Grande a partir do século **XVIII**, a criação de gado foi fator econômico primordial para atrair as populações da zona canavieira. Esse avanço pecuarista/colonizador foi lento, seguindo principalmente as ribeiras dos rios. Mas no decorrer dos séculos **XVIII** e **XIX** a região tornou-se a principal fonte de abastecimento de carne e animais para Pernambuco e Paraíba. Somente com a grande seca de 1877-1879, que devastou a maior parte do rebanho potiguar, é que a província deixou de ser fornecedora de gado e seus derivados.

2. O BANDITISMO SOCIAL NO SERTÃO POTIGUAR

2.1 Bandos assolam o sertão sem piedade

A violência, como dita em linhas anteriores, aumentava em bom número, em escala preocupante, principalmente quando aproximava-se a época das eleições ou na eclosão de um período de seca, por menor que fosse. A paz já não era uma sensação presente nas vilas e cidades do sertão, e já preocupava as autoridades na região litorânea, devido ao forte êxodo provocado pelas migrações das secas, o que tomava a área urbana de sobressalto, pela falta de recursos em absorver aquele novo contingente humano que chegava, sem as mínimas condições sociais para abrigar a todos. Saúde, educação e segurança, os pilares básicos de uma sociedade, estavam por deveras ameaçados. E aqui no Rio Grande do Norte nada poderia ser diferente, pois a crise era agravada pela disputa convulsiva entre os grandes proprietários de terra, agravando mais ainda o cenário do povo potiguar. Segundo Denise Monteiro Mattos (2000), desde meados do século **XVIII**, existia uma preocupação interna com um grupo de pessoas que perambulavam pela cidade, chamadas de "vadios", e a vigilância desses grupos caberia a responsabilidade dos capitães-mores de vigiar as ruas para evitar seus ataques furtivos.

Em 1837, outra função foi criada para tentar dirimir a questão da violência local. A chamada Companhia dos Jornaleiros é criada para fomentar o recrutamento de mão-de-obra para agricultura, e dar uma melhoria de vida aos inúmeros desocupados que estavam largados ao longo da província, e que, porém, não vingou, pois obteve a reprovação da população, como um novo meio de escravidão criada pelo governo. Inúmeros foram os exemplos de violência aqui constantes, dentre elas o Coronelismo, os levantes populares, as revoltas populares e o nada menos conhecido Banditismo Rural, o ponto primordial de nossa pesquisa.

Em sua famosa obra "Os Cangaceiros- Ensaio de Interpretação Histórica" (2010), Luís Bernardo Pericás traça um importante paralelo com a obra de outro autor que muito contribuiu para o estudo do banditismo social no mundo, inclusive com trechos ligados aos exemplos recorrentes no Brasil. Eric Hobsbawm nos proporcionou uma abertura nos estudos sobre o tema do banditismo nas sociedades através dos seus livros 'Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of

Social Movement in the Nineteenth and Twentieth Centuries”, de 1959, e “Bandits”, publicado dez anos depois, e que ainda repercute nos meios de pesquisa como importante ferramenta no apoio à pesquisa do tema. Mas, vale ressaltar, que, devido ao uso da generalidade em demasia e ao tipo de fontes históricas retratadas neste último livro, tais como o emprego de cordéis e livros populares, possivelmente impregnados de uma visão particular do fato e da visão universalizada, usada nos traços comuns de alguns elementos que atuaram na área rural, o que deveras pois em questão o fato da análise concisa dos verdadeiros elementos que povoaram os inóspitos rincões do nosso sertão, a opinião de Hobsbawm nos parece falha, tão somente pelo fato de que ele torna os caracteres do banditismo, em âmbito mundial, de modo comum, aonde sabemos que cada tipo corresponde a uma determinada época, com suas raízes e tradições, e aonde as regiões não são simétricas, pois cada uma guarda suas características e tendências próprias.

O banditismo rural no Rio Grande do Norte, nosso objeto de pesquisa, alicerçado na figura mítica de Jesuíno Brilhante, foi, segundo Denise Monteiro (2000), uma das maiores preocupações do governo local, no tocante ao que ela chama de “selvagens da civilização”:

“Eram uma preocupação constante das autoridades que enviavam forças policiais ao seu encalço, originando combates armados em diversos pontos da província, mas sobretudo no sertão”.

Uma das fases mais gritantes do avanço do banditismo no Estado teve como ponto de partida a seca de 1845, que abalou a frágil estrutura do sertanejo potiguar. Foi o aparecimento das chamadas “quadrilhas”, sendo o precursor destas artimanhas a personagem de José Brilhante, mais conhecido por “Cabé”, e nada mais do que o tio e Jesuíno Brilhante, que a época contava com cerca de 6 anos, por volta de 1850. Após uma série de ações criminosas com seu grupo no sertão potiguar, José Brilhante vai a cadeia, condenado pela justiça cearense, sendo enviado para a Cadeia Pública de Natal, em 1859, de onde foge três anos depois, passando um hiato de cerca de dez anos, mas, vez ou outra surgindo a pleno vapor, por detrás da ríspida caatinga, como nos fala a manchete do “Jornal do Recife, em 1871:

“A 25 de dezembro último, no distrito de Patu, foi barbaramente assassinado com facadas em pleno dia Honorato de Tal, pelo célebre facínora José Brilhante de Alencar e seus sobrinhos Jesuíno e Tal e mais dois irmãos(...) A crônica sanguinária de José Brilhante e seu séquito é mui conhecida nesta e outras províncias, sendo o terror da população pelos lugares onde anda.”

Cerca de um ano depois, numa demonstração da aliança de forças, José Brilhante, juntamente com Jesuíno e o bando atacam e matam o Delgado de Polícia Tenente Ricardo Antônio da Silva Barros em Pombal, no Estado da Paraíba. No jornal local “A Reforma”, este caso é citado com veemência, tendo inclusive o crime ser atribuído à uma encomenda por parte o Coronel João Dantas, em virtude do Delegado ter efetuado a prisão de um protegido seu chamado Capitão Athayde de Siqueira, com a acusação de espalhar dinheiro falso, e que é a primeira ligação concreta do clã dos Brilhanes com o Coronel João Dantas, que era grande fazendeiro, possuidor de terras nos territórios do Rio Grande do Norte e na Paraíba, segundo nos fala Honório de Medeiros em seu livro “História de Cangaceiros e Coronéis” (2015).

Exemplos como esse serão variados no sertão do Nordeste. Inúmeros serão os casos em relação as brigas de família, com o apoio de grupos armados, ou tão somente o apoio destes bandos ao poderio do coronel em seu espaço de atuação. Um grande exemplo das alianças e do protecionismo é citado na história como o da aliança entre Lampião e o coronel João Gonçalves de Sá, importante chefe da política na cidade de Jeremoabo, na Bahia, e que no ano de 1928 do século passado firmaram um acordo de mútua ajuda, após uma longa e proveitosa conversa, e que terminou numa aliança tipo “troca de favores”.

O banditismo eclode na vida do sertanejo em conjunto com uma série de mazelas sociais que aflige os imensos rincões devastados pela queimação do sol constante e da falta de compromisso do governo da província em relação ao descaso pela administração local. A seca

atinge o Nordeste de tal forma que pedra sobre pedra não ficaria para contar uma linha de história que fosse.

“A história do Sertão é marcada pela ausência do Estado; O Sertão passou da monarquia para a República esquecido pelo poder central, ficando à mercê das elites regionais, arbitrarias e extremamente capitalistas: Os famosos Coronéis. A estes eram entregues a vida e o destino de populações inteiras. Vale lembrar que todas as ações das autoridades relativas à seca eram discutidas no Rio de Janeiro, longe da realidade e do sofrimento”

A partir desta assertiva de Rosa Bezerra podemos começar a traçar um panorama do quadro caótico em que o Nordeste se encontrava, especificamente o Sertão, pelo isolamento geográfico e a ausência ostensiva do Estado em relação ao poderio das oligarquias, que praticamente nascem no Império e atingem seu auge na República. Os casos de corrupção, tais como o desvio de remédios e alimentos para os flagelados da seca, culminando com uma grande epidemia de varíola que atinge Fortaleza. Para completar, bandos atacam, num ato desumano, os carregamentos, inclusive até controlados por mulheres, na busca enlouquecida pelo pouco alimento aos seus filhos famintos e toda família

Alguém queria tão somente salvar o corpo... A alma que é bom. É visível o puro escárnio dos poderes constituídos, numa rede de poder sem limite ou controle, aproveitando-se de desvios monetários para o enriquecimento ilícito, fato este perpetuado através dos tempos, desde a Colônia, que era justamente a exploração em proveito próprio, com a utilização dos recursos públicos.

E essa questão da caracterização da violência e do banditismo muito nos interessa, pois faz parte do discurso elaborado como pano de fundo para uma polarização de recursos, inclusive da modernidade, como soluções iminentes para a resolução dos problemas constantes naquele momento no Nordeste brasileiro, pois a questão do meio é peça fundamental na construção do discurso regional que avalia a seca de 1877 como um tema que poderia mobilizar as massas e causar uma comoção geral.

3: JESUÍNO ALVES DE MELO CALADO: NASCE UM MITO

“Jesuíno Alves de Melo Calado, depois chamado Jesuíno Brilhante, foi cangaceiro gentil-homem, o bandoleiro romântico, espécie matura de Robin Hood adorado pela população pobre, defensor dos fracos, dos anciões oprimidos, das moças ultrajadas, das crianças agredidas.”

(Verbetes “Jesuíno Brilhante”, constante da obra *Flor dos Romances Trágicos*, do folclorista Luís da Câmara Cascudo)

3.1. Nas terras de Patu

O ano é 1844... O Rio Grande do Norte é um Estado como tantos outros localizados nesta infundável região nortista, assolada pelas dificuldades econômicas, estiagens prolongadas e, desde tempos remotos, nos idos coloniais, agora, pelo recente aparecimento de uma forma ainda rústica de banditismo, composta por bandos armados ao longo de seu território. Bandos estes liderados e organizados ora por homens desgarrados, fugidios de um sistema político, que já demonstrava sintomas de expressa corrupção, ora mantidos e alimentados por pessoas ligadas a altas esferas do poder, mais precisamente no campo político e econômico, ora por homens da própria sociedade, mais precisamente de camadas mais inferiores, sem eira e nem beira, que viam no banditismo uma espécie de refúgio ou como forma de aplacar alguma ira... E, como dito nas primeiras linhas, nada assustador, nada de diferencial do que estava acontecendo,

agora, em terras potiguares. Para alguns estudiosos dos temas ligados a Jesuíno Brilhante e sua trajetória, a data de seu nascimento é incerta, sendo que alguns estudiosos remetem ao mês de janeiro ou agosto, mas com uma certeza de que foi realmente no ano de 1844.

Filho de um homem de certas propriedades financeiras chamado João Alves de Melo Calado, Jesuíno nasceu sob os auspícios das histórias daquele a qual viria suceder, o famoso transgressor José Brilhante, famosos nos sertões da vizinha Paraíba, e que provinha de uma linhagem elitizada, cujo pai tinha ligação com os bastidores judiciários, pois era filho do Bacharel Feitosa Bezerra de Menezes e sua mãe oriunda da não menos famosa conhecida família Alencar, nome de peso entre os sertões cearenses e pernambucanos. A vida pregressa de José Brilhante começara cedo, já com treze anos de idade, carregando em suas costas o primeiro cadáver, numa disputa sem muita importância, caindo mundo afora para uma das regiões mais periféricas e discriminadas aquela época Tida por muitos como valhacouto e berço dos mais vis criminosos do sertão...

A região conhecida por Inhamuns, mais precisamente localizada no sertão do Ceará, que era uma região que, apesar de seu solo seco e pedregoso, alçou a mesma como o segundo maior polo de economia do Ceará, com sua região ainda pontilhada de serras e alquebradas, com imensas pastagens e gado que suportava deslocamentos intensos, pois o escoamento da produção tinha como destino principal a Bahia. Além disso, era um importante núcleo de grandes fazendeiros, entre eles a famosa família Feitosa, que dominou a região desde 1710, vindo a fundar o famoso “Clã dos Inhamuns”, aonde muita história ainda viria a surgir. Prova disso é que, ao chegar a região, José Brilhante casa-se com uma das primas, provavelmente uma integrante dos Feitosa, que usa de suas influências política para descaracterizar o feito do Brilhante... Era um pobre qualquer, que o tinha tirado sério. Lavou a sua honra.

Voltando ao nosso enredo, o Brilhante, após um certo tempo, consegue apoio de seu cunhado, João Alves de Melo Calado, para mudar-se com sua família para um terreno próximo a sua fazenda, na região conhecida por Tuiuiú, no sertão do Rio Grande do Norte, na localidade conhecida por Cajueiro, no que hoje conhecemos como o município de Patu. Por sua forma de agir, logo José Brilhante consegue inserir-se na roda social do lugarejo, vindo a frequentar diversos ambientes, dentre eles a feira local, quando em determinada ocasião, uma nova situação, envolvendo uma discórdia com um vendedor.

Esse episódio terminou em mais mortes, por parte do Brilhante, quando outra vez é perseguido por forças locais, vindo a esconder-se pelas encostas da região conhecida por Cajueiro, aonde descobre um local ainda conhecido e visitado nos dias de hoje, que é a famosa Casa de Pedra, que, segundo Gustavo Barroso, possuía a seguinte descrição:

“Adiante dum córrego, na primeira aba da montanha, erguiam-se entre os capões de mato, grandes rochedos dispersos, formando verdadeiro labirinto de pequenas passagens, das quais somente uma ia ter ao refúgio que o bandoleiro descobrira. Sobre um pequeno platô, acessível somente por íngreme trilha do lado de nascente, esta defendida pelas trincheiras dos pedrouços esparsos, impossível de ser atingido por qualquer outro lado, dois grandes rochedos separados na base tocavam-se no alto, formando uma verdadeira casa. Aos lados, cresciam árvores seculares enleadas pelos cipós. As ribanceiras desciam a pique até o ribeiro. No recinto da furna, não penetrava a chuva, viesse e qualquer direção, nem soprava o vento por mais forte que fosse. O sol também não conseguia entrar.”
(BARROSO, Gustavo. Heróis e Bandidos. Pág. 116.2012)

Neste local, usado anos depois por Jesuíno Brilhante visitado ainda nos dias atuais, inúmeros embates aconteceram, entre José Brilhante e as forças policiais locais, sob o comando do Chefe de Polícia Dr. Amaro Bezerra e pelo Delegado José Philippe, com a trégua vindo a

ser imposta após os reforços a tropa, vindos de Patu, o fizeram recuar e pensar duas vezes em continuar a empreitada de resistência inútil. Feito o acordo, os acoitados foram encaminhados para responderem criminalmente em Natal, e José, mais tarde, vindo a ser encaminhado a Júri em Martins, aonde obteve a condenação. Como dito anteriormente, essa era a atmosfera aonde Jesuíno já convivia, entremeadado de histórias e versos que enalteciam a pujança de José Brilhante contra as forças de segurança locais, e que se dedilhavam os dedos ávidos dos leitores de feiras e na boca do povo, propagando os mistérios e arroubos do herói popular.

Jesuíno era o filho mais velho de João Alves de Melo Calado. Com uma educação simplória, restrita ao trato com as letras e as quatro operações, percorreu as etapas normais da criação doméstica daquela época, sob o domínio da autoridade patriarcal. Estatura média e aparência de mandatário, de tez rígida, possuía atributos que denotavam sua transição entre o santo e o malvado, como diz Gustavo Barroso. Aonde residia, em terras do pai, cumpria as mesmas tarefas que poderiam caber a um rapaz oriundo daquela sociedade, no trato com o comércio e animais, e que lhe rendeu uma pequena rusga com o chefe de Polícia local, e que isto seria como um pontapé inicial para o que mais adiante se desenharia...

Era a imagem de José Brilhante imergindo... Apesar de que notemos que o ruminar de vingança e o desejo de fazer com que as pessoas se curvassem ante ele não era simplesmente um sentimento de pertença criado por si só. O que procuramos explorar é que o espaço aonde insere-se a personagem de Jesuíno Brilhante é um ambiente permeado de redes de intrigas e de poder, balanceado de acordo com a magnitude de cada núcleo político ou familiar. E com os Calados não poderia ser diferente, pois as famílias se entrelaçavam, principalmente em se falando de sertão.

Numa das passagens desta mesma obra de Gustavo Barroso, quando da moradia de Jesuíno próximo aos pais, vemos a influência dos Calados na administração da vila, quando da nomeação de uma pessoa conhecida da família para usufruir de determinado cargo...

“Casou e veio morar perto da mansão paterna. Além duma várzea, vermelhejavam entre o arvoredo as casas de Joaquim Monteiro, enteado do velho João Alves e de Francisco Brasil, que por influência dos Calados fora nomeado inspetor de quartelão.”
(BARROSO, Gustavo. Heróis e Bandidos. 2012.pág121)

Abrindo-se um pequeno parêntese, a função de Inspetor de Quartelão remonta a aplicação do Código de Processo Penal de 1832, e que era exercido por uma pessoa que morasse em seu quartelão, de boa índole e honestidade, e que era incumbido, mediante nomeação efetuada pelas autoridades locais, com as missões de garantir a ordem, coibir atos delituosos por parte de bêbados e vadios, entre outros, o que representavam a garantia plena da lei e da ordem, constituindo-se como num pretense precursor das atividades de policiamento que possuímos em nossa sociedade nos dias atuais. E os Calados, através da influência pessoal, nomeia a pessoa de Francisco Brasil para tal cargo, e que morava nas proximidades da residência dos Calados. Este mesmo Francisco, sob influência de Jesuíno, ainda em tenra idade.

Voltemos a nossa empreitada.... Num determinado episódio, como já citado anteriormente, o já citado Francisco Brasil, juntamente com um auxiliar e Jesuíno, que o levou após uma denúncia, foi ao encontro de um membro de uma conhecida família da região: Os Limões. Mais precisamente Honorato Limão, que Jesuíno o acusa pelo roubo de uma cabra, na localidade conhecida por Camucá.

Esse episódio termina com uma agressão a faca de Honorato contra o Inspetor, que saiu lesionado, mas sem gravidade física, mas que iria fazer parte de um somatório que iria caminhar ao passar dos anos, até um episódio fatal, que iremos ver mais frente. Essa situação ficou pendente, no ar, sem que houvesse plenitude da aplicação das forças legais para resolver o intento, haja vista ser uma característica iminente da região sertaneja a resolução das contendas serem feitas com o uso da própria lei, ou seja, a lei do mais forte.

Aliado a este ponto, e que nas regiões do Patu como em todas as diversas localidades do que hoje conhecemos por Nordeste, outro ponto que nos vislumbra as atenções é sobre a formação social que se denotava na formação dos grupos sociais que compunham os bandos e, mais tarde, os cangaceiros. Quase que por completo longe da visão de que os grupos fossem formados por

indivíduos plenamente tolhidos de qualquer conhecimento ou instrução, nos fala Frederico Pernambucano de Mello em sua clássica obra “Guerreiros do Sol” sobre as origens de Jesuíno Brilhante:

“Diferentemente da origem humilde e tantas vezes miserável dos representantes do cangaço profissional, cujas hostes compunham-se de elementos da classe média para baixo, com o envolvimento de famílias consideradas não tradicionais, o de vingança alistava a flor dos troncos sertanejos, valendo que se lembre aqui que os tantas vezes citados Sinhô Pereira e Luís Padre eram netos do Barão de Pajeú e descendentes, em linha direta, de um comendador da Ordem da Rosa, do Primeiro Império. Ouro vingador notório, o Cindário, pertencia a importante família Carvalho, do Pajeú Pernambucano, de larga expressão no comércio, na agricultura e na vida política da região. O potiguar Jesuíno Brilhante chamava-se na verdade Jesuíno Alves de Melo Calado, nome por todos os títulos senhorial.”

3.2- Os Limões E os Calados.

As desavenças e inúmeras intrigas entre as famílias retomam séculos de história na escrita humana, e como de praxe, não poderia ser diferente em um ambiente plenamente inóspito como o ambiente do sertão. Desde os primórdios do deslocamento do homem litorâneo, como visto no Capítulo 1, a penetração do homem num mundo totalmente desconhecido o fez recrudescer as práticas e a cultura, criando novos hábitos e novas estruturas. Estas estruturas também se incluem os núcleos familiares, aonde a disputa pelo espaço e pelo poder fez com que se criassem novos hábitos sociais e de controle social, muita das vezes ditado pelo poder autoritário dos coronéis, haja vista o braço da justiça e do governo da capital não possuírem recursos plenos para alcançar os mais profundos recônditos daquele ambiente selvagem e causticante.

Nessa vertente, encontramos o conceito daquilo que seria a mola mestra do poder no sertão, que é justamente o poder das oligarquias, cujo conceito podemos remeter a Norberto Bobbio, que nos diz que todo Estado é uma oligarquia na medida em que é dirigido por uma minoria (BOBBIO, 1986), e é este poder que manipula e direciona o poder na sociedade local, ditando o que deve-se ou não fazer, da mais baixa camada social aos mais elevados níveis de controle social, ou seja, com influência plena nos mecanismos de controle, nas autoridades, em geral. Em resumo, seria um grupo restrito, homogêneo, que possui uma ligação estreita entre os membros, com um ríspido formato de inclusão de novos membros, e de cunho autoritário. Além disso, sua teia expande seu controle até os mecanismos de ordem judiciária e legislativa, eliminando toda e qualquer forma de algum opositor.

Nesta esteira, encontramos, dentre tantos outros conflitos oligárquicos no sertão brasileiro, o conflito de duas famílias que permeiam nossa pesquisa, especificamente no oeste potiguar. Os Limões e os Calados, esta última a qual pertence nosso icônico personagem Jesuíno Brilhante. Os Limões possuem origem especificamente nas terras que compõem a região do Brejo paraibano, região esta comandada por alguns chefes locais de poder reconhecido, entre eles os aliados dos Limões, a família Lobato, além dos Lobos, inseridos no território que compõe a cidade de Catolé do Rocha.

Para se ter uma ideia da expansão de poder, os Brilhantes são duramente perseguidos por um membro da família Lobato, o coronel Valentim Lobato, tem a polícia local em suas mãos, e constantemente ordena perseguição aos Brilhantes através das forças de segurança locais, inclusive com a inclusão de um membro da família Limão na polícia, tão somente para perseguir Jesuíno e os seus familiares. Seu nome era Preto Limão, que vira Soldado de Polícia.

Esta perseguição culmina com um episódio em que a polícia invade a propriedade do Tuiuiu, pertencente a família de Jesuíno e mata seu cunhado, Lúcio Monteiro, além de prender o velho José Alves e o filho Lucas levando-os para a cadeia de Pombal. Tudo isso regado a lances de violência e saque a propriedade e pertences.

Como ser um bandoleiro romântico, um cangaceiro herói e gentil-homem num ambiente de contínua disputa pelo poder e ganância?

Anteriormente a este fato, não poderíamos deixar de cita o célebre episódio de embate

entre Jesuíno e Honorato Limão, logo após a famosa história da cabra roubada da família dos Calado e encontrada em terras dos Limões, o que culminou numa troca de ofensas, ameaças e a morte de Honorato Limão, pelas mãos de Jesuíno, em plena luz do dia e em via pública. Somado a isto, Jesuíno também aproveita para vingar a agressão sofrida por seu irmão Lucas pelas mãos dos Limões, ao tentar visitar sua namorada.

O sertão virara inferno de vez!

Numa atitude feroz, ocorre, por parte dos Limões, após terem sua propriedade na localidade atacada por membros dos Calados, a decisão de tentarem contra a vida de um membro da família rival, e que termina com a morte de José Ferreira Calado, mais precisamente na fazenda Cajueiro, colocando mais combustível nesta refrega que ainda traria mais sangue e terror nas terras do Alto Oeste do nosso sertão potiguar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cascudo (1982), ao final de seu capítulo dedicado ao “gentil-homem” que encantou as massas sertanejas com sua pujança, fidalguia e luta pelos pobres e necessitados, nos diz que “não é possível reunir todas as aventuras de Jesuíno, porque, no sertão, há sempre quem indique novos episódios possíveis e impossíveis, com solene independência cronológica”. E esta foi a nossa proposta, de tentar produzir um novo olhar, embora a vastidão, ainda inerte e obscura, de outros fatos e passagens envolvendo Jesuíno Brilhante e sua família, além de toda a camarilha que o cercava, incluíam-se amigos e inimigos, especialmente os Limões, ainda carecem de alguns subsídios de maior potencial acadêmico, o que esperamos com o avanço das linhas de pesquisas atuais. Não pretendemos, com essa minúscula pesquisa, pois o tema solicita um maior aprofundamento, tabular que teria sido “herói ou bandido”, até mesmo porque o conceito da palavra “herói” possui um sentido de ambiguidade em sua essência. Foi um homem de sua época, implantado dentro de um sistema rude, em termos de geografia e natureza, e desumano, tanto materialmente com nas relações sociais.

As tradições orais são fortemente utilizadas ao longo da pesquisa, mesmo com o apoio de outras fontes, como o relato de populares, e a prospecção utilizada por autores e pesquisadores, em diversas fontes, referenciados ao longo da escrita e os processos os quais Jesuíno respondeu, além dos relatos de jornais da época em que viveu, e que ainda permeiam as páginas e imaginações daqueles que navegam no mundo, ainda, mítico do sertão nordestino. Ainda carecemos de maiores fontes, muitas delas ainda guardadas em cofres e baús particulares, das respectivas e influentes famílias ou de alguns que se chamam “pesquisadores”, mas apenas se utilizam do termo, mascarando um sentimento predatório, de capricho particular, em detrimento da construção do pensamento e da evolução cultural.

Sobre a referência acerca dos elementos utilizados na construção das imagens, que representam a narrativa sobre o bandoleirismo e o Norte, Albuquerque Jr. (2011) nos diz:

Essas figuras e signos, temas que são destacados para preencher a imagem da região, impõem-se como verdades pela repetição, o que lhes dá consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos que partem de paradigmas teóricos os mais diferenciados.

Jesuíno Brilhante, como “herói e romântico”, segundo a narrativa proposta por Raimundo Nonato, não alcança tal patamar, numa perspectiva histórica, de grande cangaceiro, representante eminente do fenômeno no sertão potiguar, embora existisse algumas similaridades de seu bandoleirismo com o cangaço, mesmo superficiais, mais tendo no formato da sua narrativa, na obra aqui disposta, como forma de proximidade ao cangaço moderno, para que se desse uma legitimidade aos seus feitos.

Foi um homem de seu espaço e de seu tempo, imerso num universo particular, ao mesmo tempo, típico de sua temporalidade, com características sociais e humanas específicas ao que viveu, incluíam-se as relações e as teias sociais de poder, embora em formato embrionário, mas que evoluíram com o tempo, conforme os interesses específicos de seus narradores e biógrafos. Foi bandido, transgressor da lei

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana/Cortez, 1999.

_____. No Ceará tem disso não? Homossexualidade e nordestinidade ou a história dos homens tristes. In: **XX Simpósio Nacional de História** (História: Fronteiras) Programas e resumos. Florianópolis/SC: ANPUH UFSC, 1999.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

BEZERRA, Rosa. **A Representação Social do Cangaco**. Recife: Ed. Do Autor, 2014

CARVALHO, R. de. **Serrote Preto – Lampião e seus sequazes**. Rio de Janeiro: Sedegra S/A, 1974.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Flor de Romances Trágicos**. Natal: EDUFRN, 1999.

FACÓ, Ruy. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

HOBBSAWUN, Eric. J. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976

_____. **Rebeldes Primitivos – Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX E XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MELLO, Frederico. Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 200

NONATO, Raimundo. **Jesuíno Brillante – O Cangaceiro Romântico**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.

PERICÁS, Luís Bernardo. **Os Cangaceiros-** ensaio de interpretação histórica. São Paulo. Boitempo. 2010.

TEÓFILO, Rodolfo. **Os Brilhantes**. 3. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972.